

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornaldocomercio.com.br

Leilão de transmissão prevê aporte de R\$ 412 milhões no Estado

Certame está previsto para ocorrer no dia 27 de setembro na sede da B3, em São Paulo

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O leilão de transmissão marcado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para 27 de setembro, entre outros empreendimentos, contemplará a implantação de 67 novos quilômetros de linhas de energia no Rio Grande do Sul. O investimento na iniciativa é estimado em, aproximadamente, R\$ 412 milhões.

As obras deverão levar até quatro anos para serem concluídas, a partir da assinatura do contrato, e deverão gerar em torno de 1 mil empregos. Serão abrangidos pelas linhas os municípios de Nova Petrópolis, Presidente Lucena, Feliz, Linha Nova, Caxias do Sul, Lindolfo Collor, Ivoti, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caí, Por-

tão, Vale Real, Dois Irmãos, Estância Velha, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardeal, ressalta que esse conjunto de obras dará uma maior estabilidade ao atendimento elétrico da região metropolitana de Porto Alegre. Porém, a dirigente enfatiza que será necessário, futuramente, também fortalecer a infraestrutura de outras regiões gaúchas.

“Nós precisamos inserir a Fronteira Oeste, parte da Campanha, que vai até a Região Sul, que não estão atendidas”, aponta Daniela. Ela lembra que essas áreas possuem um enorme potencial de geração de energia através de fontes como a eólica, solar, biomassa e hídrica.

No total, o leilão, que será realizado na sede da B3, em São Paulo, oferecerá quatro lotes de



TÂNIA MEINERZ/JC

Linhas que serão construídas no Rio Grande do Sul totalizarão uma extensão de 67 quilômetros

obras com 850 quilômetros de linhas de transmissão e subestações com capacidade de transformação de 1,6 mil MVA. Os investimentos previstos são de R\$ 3,8 bilhões.

O certame também envolverá a continuidade da prestação de serviço público de empreendimentos existentes (162,9 quilômetros de linhas de transmissão e 300 MVA de capacidade de transformação em subestações). Além do Rio Grande do Sul, os empreendimentos estarão localizados na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

O prazo para operação comer-

Obras que serão feitas no Estado

Fonte: Aneel

- LT 230 kV Ivoti 2 - São Sebastião do Caí 2, com 19,26 km
- LT 230 kV Caxias - São Sebastião do Caí 2 C1, com 44 km
- SE 230/138 kV São Sebastião do Caí 2 - 2 x 150 MVA
- SE 230/138 kV Ivoti 2 - 2 x 150 MVA
- Trechos de LT 230 kV entre a SE Ivoti 2 e a LT 230 kV Caxias - Campo Bom C1, com 1,2 km
- Trechos de LT 230 kV entre a SE Ivoti 2 e a LT 230 kV Caxias - Campo Bom C2, com 1,2 km

*SE - Subestação de Energia
** LT - Linha de Transmissão

cial dos empreendimentos varia de 42 a 60 meses, para concessões por 30 anos, contados a partir da celebração dos contratos. O valor

global da Receita Anual Permitida de referência (RAP máxima) a ser paga aos empreendedores é de cerca de R\$ 618 milhões.

Abiquim defende compra de gás boliviano sem intermediários

As recentes negociações sobre a possibilidade de nova oferta de gás natural da Bolívia para o Brasil de uma forma mais direta animaram o setor químico nacional. O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria

Química (Abiquim), André Passos Cordeiro, que participou de comitiva que visitou o país vizinho, vê a iniciativa como uma forma de reduzir o preço do insumo para as empresas no Brasil.

“Pela primeira vez, a gen-

te conseguirá acessar diretamente fornecedores de gás natural, sem intermediários no meio do caminho”, ressalta o dirigente. Ele salienta que o gás natural importado daquele país, tradicionalmente, tem a Petrobras como adquirente, fazendo essa intermediação até o consumidor final.

No entanto, Cordeiro argumenta que, atualmente, é plenamente viável que as negociações de abastecimento do combustível possam ser feitas diretamente com as indústrias brasileiras. Dessa forma, reitera o presidente da Abiquim, será possível diminuir custos para a compra do insumo. Ele destaca que essa é uma pauta sensível, especialmente, para o segmento químico brasileiro.

Cordeiro informa que, atualmente, a ociosidade do setor está acima do patamar de 40%. Apesar das perspectivas otimistas quan-

to a um acesso mais competitivo de fornecimento de gás natural, o representante da Abiquim adverte que a estabilidade política é uma condição fundamental para criar um ambiente de segurança jurídica para eventuais contratos realizados.

Além do abastecimento de gás boliviano, Cordeiro acrescenta que é possível aproveitar a estrutura do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) para importar combustível argentino. Ele recorda que parte da

produção da megajazida de Vaca Muerta pode sair da Argentina, ir para a Bolívia e dali entrar no território nacional.

No Rio Grande do Sul, hoje o Gasbol é o principal meio de ingresso de gás ao Estado. Há também um ramal pela fronteira com a Argentina, mas que só chega até o município de Uruguaiana. O projeto de fazer uma ligação da cidade da Fronteira Oeste gaúcha até a Região Metropolitana de Porto Alegre ainda não saiu do papel.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/JC

Cordeiro vê oportunidade de reduzir o preço do insumo no Brasil

VIDROBOX - Vidros Gerais
DESDE 1971

Temperados - Laminados - Termo-acústicos
Controle solar - Texturizados - Múltiplos

vidrobox@vidrobox.com.br - (51) 3302 - 4343